

Consultor — Engenheiro de Planeamento de Rádio-Frequência ERICSSON España, S.A (setembro 1999 a agosto 2000)
Engenheiro de Planeamento de Rádio-Frequência OPTIMUS Telecomunicações, S. A. (setembro 1998 a setembro 1999)

4 — Outras atividades:

Vogal da Direção da Escola de Formação Turística e Hoteleira dos Açores (desde 2013)

Membro da Direção da IPSS — Centro Paroquial de São José, Ponta Delgada (desde 2011)

Vogal do Conselho de Administração do Teatro Micaelense — Centro de Congressos S. A. (2011-2013)

Nota curricular de Egídia Pinto de Queiroz Martins

Dados pessoais

Nome: Egídia Pinto de Queiroz Martins

Ano de Nascimento: 1952

Formação académica:

Licenciatura em Controlo Financeiro, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1994)

Pós-Graduação em Finanças Empresariais (1997)

Pós-Graduação em Gestão, pelo ISCTE (2010)

Funções Anteriores:

Assessora Financeira na Navegação Aérea de Portugal-Nav Portugal, E. P. E. (desde 2006);

Chefe da Divisão Financeira da Navegação Aérea de Portugal-Nav Portugal, E. P. E. (1999 até 2006);

Chefe dos Serviços Financeiros, Contabilidade, Fiscalidade e Património da ANA — Aeroportos de Portugal, S. A. (1992-1998);

Técnica Superior na Direção Financeira da ANA, Aeroportos de Portugal S. A. (1980-1992)

Formação Profissional complementar:

Curso de Direito Fiscal

Curso de Direito em Contratação Pública

Outras Atividades:

Formação Profissional — Conceção de Manuais e Monitoria em ações de formação na ANA — Aeroportos de Portugal, S. A. e na NAV PORTUGAL, E. P. E.

209768904

Gabinete da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Despacho n.º 9857/2016

1 — Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio, e ao abrigo das competências que me foram delegadas pelo n.º 1 do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março, e obtida a anuência do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, designo para exercer funções no Centro Nacional de Cibersegurança, Vítor Manuel Sabino Morais, pertencente ao mapa de pessoal do Serviço de Informações de Segurança, como consultor coordenador de grau 2, nível 64, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2016.

13 de julho de 2016. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

209733799

Despacho n.º 9858/2016

1 — Nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 3/2012, de 16 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 162/2013, de 4 de dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 69/2014, de 9 de maio, e ao abrigo das competências que me foram delegadas pelo n.º 1 do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março, e obtida a anuência da Ministra da Administração Interna, designo para exercer funções no Centro Nacional de Cibersegurança (CNCSeg), Daniel Matos,

pertencente ao mapa de pessoal da Guarda Nacional Republicana e a desempenhar funções no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, como técnico de grau 2, nível 30, em comissão de serviço, pelo período de 3 anos.

2 — O presente despacho produz efeitos a 23 de junho de 2016.

22 de julho de 2016. — A Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, *Maria Manuel de Lemos Leitão Marques*.

209760674

Gabinete do Ministro Adjunto

Despacho n.º 9859/2016

Considerando o fim da comissão de serviço da titular do cargo de presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género em 31 de julho de 2016;

Considerando que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género é dirigida por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau respetivamente, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, e que é necessário assegurar no imediato o regular funcionamento da mesma;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, na redação em vigor, prevê no seu artigo 18.º que o recrutamento dos titulares de cargos de direção superior, designadamente de 1.º grau, é efetuado dentre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções, na sequência de procedimento concursal;

Considerando que, nos termos do artigo 27.º da mesma lei, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos e situações ali previstos e observados os requisitos legais;

Considerando que será oportunamente dado início ao procedimento concursal a que se refere o artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor:

1 — Designo, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 125/2015, de 3 de setembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, a mestre Teresa Margarida do Carmo Fragoso para exercer o cargo de presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, em regime de substituição, cujo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho, evidencia o perfil adequado e é demonstrativo da aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação adequadas para o desempenho do cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos em 1 de agosto de 2016.

26 de julho de 2016. — O Ministro Adjunto, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Teresa Margarida do Carmo Fragoso.

Data de nascimento — 27 de março de 1974.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

Desde janeiro de 2013: frequência do Doutoramento em Políticas Públicas no ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa) — atualmente no 3.º ano.

Outubro de 2002-setembro de 2003: mestrado em Género e Media pela LSE — London School of Economics and Political Science (University of London).

Outubro de 1992-julho de 1996: licenciatura em Relações Públicas e Publicidade pelo ISNP — Instituto Superior de Novas Profissões.

Experiência profissional:

Novembro de 2015-presente: adjunta da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade para a área da igualdade de género e relações internacionais.

Janeiro de 2011-janeiro de 2012: presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, organismo da Administração Central do Estado responsável pela implementação das políticas públicas para a promoção da Cidadania e da Igualdade de Género.

Junho de 2010-dezembro de 2010: secretária técnica do Secretariado Técnico para a Igualdade da CIG — Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, enquanto organismo intermédio do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) com funções de gestão técnica, administrativa e financeira de tipologias de intervenção na área da Igualdade de Género.

Janeiro de 2009-junho de 2010: assessora da Secretária de Estado da Promoção da Igualdade de Timor Leste, através da UNWOMEN, para a área da Igualdade de Género e Desenvolvimento.

Novembro de 2005-dezembro de 2008: adjunta do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros para a área da igualdade de género e relações internacionais.

Outubro de 2003-outubro de 2005: formadora (com certificação pelo IEFP) para as áreas da igualdade de género, aprendizagem intercultural, gestão organizacional e de projetos, liderança e gestão de equipas, comunicação e relações públicas — junto de entidades públicas e privadas de âmbito nacional e europeu.

Agosto de 1996-setembro de 2001: diretora nacional da Intercultura/AFS — Associação de Juventude de âmbito nacional para a Aprendizagem Intercultural, membro de plataformas de nível nacional (CNJ — Conselho Nacional de Juventude), europeu (EFIL — European Federation for Intercultural Learning) — ambas com representação no Fórum Europeu de Juventude, Bruxelas — e internacional (AFS — Intercultural Programs, Inc., Nova Iorque).

209765397

Despacho n.º 9860/2016

Considerando o fim da comissão de serviço da titular do cargo de vice-presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género em 31 de julho de 2016;

Considerando que a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género é dirigida por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente, cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau respetivamente, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, e que é necessário assegurar no imediato o regular funcionamento da mesma;

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, na redação em vigor, prevê no seu artigo 18.º que o recrutamento dos titulares de cargos de direção superior, designadamente de 1.º grau, é efetuado dentre indivíduos licenciados, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções, na sequência de procedimento concursal;

Considerando que, nos termos do artigo 27.º da mesma lei, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos e situações ali previstas e observados os requisitos legais;

Considerando que será oportunamente dado início ao procedimento concursal a que se refere o artigo 18.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação em vigor:

1 — Designo, nos termos do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 125/2015, de 3 de setembro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente da Administração Pública, e do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro, o licenciado Carlos Miguel Rodrigues Duarte, para exercer o cargo de vice-presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, em regime de substituição, cujo currículo académico e profissional, anexo ao presente despacho, evidencia o perfil adequado e é demonstrativo da aptidão, competência técnica, experiência profissional e formação adequadas para o desempenho do cargo.

2 — O presente despacho produz efeitos em 16 de agosto de 2016.

26 de julho de 2016. — O Ministro Adjunto, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Carlos Miguel Rodrigues Duarte.
Data de nascimento — 1 de novembro de 1970.
Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

Desde dezembro de 2015 — a frequentar o mestrado em Políticas Públicas no ISCTE-IUL — Instituto Universitário de Lisboa.

Entre 1988 e 1993 — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com especialização em Ciências Jurídico-Públicas.

Formação complementar:

Julho de 1999 — pós-graduação em Ciências Jurídico-Públicas na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica de Lisboa;

Fevereiro de 1995 — pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional:

Fevereiro de 2015 — técnico superior no Ministério dos Negócios Estrangeiros (Direção-Geral dos Assuntos Europeus), no âmbito de procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 1831/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro;

Março de 2013 — chefe de divisão das Políticas Setoriais, na Direção de Serviços das Políticas Internas e Setoriais, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (Ministério dos Negócios Estrangeiros), com responsabilidades na coordenação da posição nacional no domínio dos transportes, energia, telecomunicações, sociedade da informação e política social da União Europeia;

Março de 2012 — chefe de divisão das Políticas Setoriais, na Direção de Serviços das Políticas Internas e Setoriais, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (Ministério dos Negócios Estrangeiros), em regime de substituição, com responsabilidades na coordenação da posição nacional no domínio dos transportes, energia, telecomunicações, sociedade da informação e política social da União Europeia;

Julho de 2009 — conselheiro na Embaixada de Portugal em Madrid, até 29 de fevereiro de 2012;

Janeiro de 2009-13 de julho de 2009 — na Assessoria Jurídica e de Contencioso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

Outubro de 2005-31 de dezembro de 2008 — membro do Comité do Emprego da União Europeia, por designação de S. Ex.ª o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, até 31 de dezembro de 2008;

Janeiro de 2003-dezembro de 2008 — conselheiro técnico principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, para a área do emprego, assuntos sociais e igualdade de género;

Abril de 2002-dezembro de 2002 — na Assessoria Jurídica e de Contencioso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP);

Dezembro de 2000-abril de 2002 — assessor para as relações internacionais do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, acompanhando, em particular, as matérias relativas à União Europeia, cooperação no âmbito das relações luso-espanholas e cooperação bilateral, em particular com os PECO (Países da Europa Central e Oriental) candidatos ao alargamento;

Julho de 2000 — técnico superior assessor do mapa de pessoal do IEFP;

Outubro de 1999-dezembro de 2000 — na estrutura de apoio técnico para a preparação e acompanhamento da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia (1.º semestre de 2000), no Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade;

Junho de 1995 — ingresso na carreira técnica superior do mapa de pessoal do IEFP desempenhando funções no Departamento de Gestão Integrada de Programas;

Fevereiro de 1995 — advogado pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, atualmente com inscrição suspensa a seu pedido;

Setembro de 1994 — ingresso no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo de um Protocolo de Estágio, desempenhando funções no Departamento de Gestão Integrada de Programas.

209765412

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 9861/2016

1 — Considerando que o Programa do XXI Governo Constitucional tem como uma das suas principais prioridades «construir uma sociedade mais igual» e que para cumprir esta prioridade é necessário valorizar as políticas públicas, transversais e abrangentes a toda a Administração Pública;

2 — Considerando que, para cumprir essa prioridade, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género é um instrumento fundamental para a operacionalização de uma mudança estratégica no âmbito da política da igualdade, que passe por:

a) Estabelecer uma relação mais próxima e profícua com as organizações não governamentais na área das competências da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, quer na operacionalização